

**A ORALIDADE COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE LÍNGUA
PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL II**
ORALITY AS A PEDAGOGICAL PRACTICE IN PORTUGUESE LANGUAGE
TEACHING IN ELEMENTARY SCHOOL II

Ezequiel Romão Benevides¹

Simone Oliveira Thompson de Vasconcelos²

RESUMO:

Este trabalho aborda a importância da oralidade no âmbito escolar e como pesquisas na área de linguagens sobre esse tema podem contribuir com práticas de interatividade sócio-discursiva, garantindo a participação dos alunos nas propostas didáticas. É perceptível o desafio enfrentado por educadores em sala de aula. Portanto, realizou-se uma revisão de literatura sobre o tema no repositório do Mestrado Profissional em Letras-Português, do Ifes - Campus Vitória, buscando as contribuições de pesquisas nessa área para a educação básica. Diante disso, foi pesquisada a importância da oralidade, sua abordagem nas legislações educacionais e como ela pode contribuir para o desenvolvimento cognitivo do aluno; bem como a importância do mestrado profissional na área de Letras para discussão sobre o assunto. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com revisão de literatura dos últimos cinco anos tendo como referencial teórico Ferrarezi Jr (2014) e Bagno (2007).

Palavras-chave: Oralidade, Linguagem, ensino-aprendizagem.

Abstract:

This work addresses the importance of orality in the school environment and how research in the area of languages on this topic can contribute to practices of socio-discursive interactivity, ensuring the participation of students in didactic proposals. The challenge faced by educators in the classroom is perceptible. Therefore, a literature review on the subject was carried out in the repository of the Professional Master's Degree in Portuguese Language Arts, at Ifes - Campus Vitória, seeking contributions from research in this area for basic education. Therefore, the importance of orality was researched, its approach in educational legislation and how it can contribute to the student's cognitive development; as well as the importance of the professional master's degree in the area of Letters for discussion on the subject. This is a bibliographic research, with a literature review of the last five years having as theoretical reference Ferrarezi Jr (2014) and Bagno (2007).

Keywords: Orality, Language, teaching-learning.

1 INTRODUÇÃO

¹ Graduando Licenciatura em Letras-Português pelo Instituto Federal do Espírito Santo – IFES.

E-mail: ezequielpk@hotmail.com.

² Mestre em educação em ciências e matemática pelo Instituto Federal do Espírito Santo – IFES.

E-mail: Simonetvasconcelos@gmail.com.

Este artigo versa sobre a importância da oralidade no ambiente escolar e as dificuldades de educadores e alunos na realização de atividades orais. Visando contribuir com o ensino aprendizagem, pretende-se apresentar uma pesquisa sobre a oralidade, na tentativa de potencializar o ensino de linguagens em sala de aula.

Pois, percebe-se a necessidade de inserir a oralidade no contexto escolar para melhorar o aprendizado e crescimento cognitivo dos alunos, possibilitando a aquisição de conhecimentos, sanando dúvidas e questionamentos, sendo ela o principal veículo de interação e comunicação. Auxilia ainda na compreensão dos conteúdos transmitidos. Uma boa comunicação entre alunos e professores proporcionada pela oralidade conduzem ao objetivo comum de apropriação de conhecimento.

Diante deste cenário, é pertinente questionar quais as contribuições das pesquisas que tratam sobre oralidade no mestrado profissional de Letras-Português para o ensino aprendizagem? Todavia, faz-se necessário abordar e debater sobre os aspectos da oralidade na vida escolar e no meio acadêmico, pois o assunto é enriquecedor e norteia a vida de educadores e alunos.

Portanto, este artigo tem a finalidade de responder este questionamento apresentando argumentos de pesquisadores para corroborar com o conteúdo abordado. Além disso, ao analisar pesquisas que tratam sobre oralidade no mestrado profissional em Letras do Ifes, pode-se verificar se o assunto tem sido debatido ultimamente e se a aplicação do que é produzido auxilia realmente o desenvolvimento da oralidade, visto que o mestrado profissional é cursado por professores da educação básica e propõe a elaboração de um produto educacional que deve ser aplicado. Esta pesquisa busca ainda refletir sobre a oralidade à luz das legislações educacionais, apresentar o mestrado profissional em letras e abordar a importância da oralidade e como ela pode contribuir para o desenvolvimento cognitivo do aluno.

Tal pesquisa se justifica considerando as dificuldades que muitos estudantes têm para participar de atividades orais, isto inclui o autor deste trabalho, pois na maioria das vezes hesitou no cumprimento de propostas pedagógicas que incluíam a oralidade.

Desta forma, este artigo buscou pesquisas que dialogam sobre a oralidade no âmbito educacional, a fim de provocar reflexão para minimizar o problema e propor práticas educativas que estimulem os estudantes nas atividades orais. O uso das linguagens é de grande auxílio na produção das atividades e na construção do saber.

Sabendo da importância da oralidade e suas implicações, as instituições de ensino, muitas vezes, têm dificuldade na utilização de metodologia pedagógica na hora de propor atividades de viés orais. No entanto, pensando nesta perspectiva, este trabalho sugere a tecnologia “podcast” como recurso didático, para auxiliar os educadores em suas atividades com a classe, visando a potencialização da linguagem com o auxílio desta tecnologia. De acordo com Lenharo e Cristovão (2016, p. 311) “O podcast é um arquivo de áudio disponibilizado na internet para download gratuito por qualquer usuário da rede. Suas funções são variadas, desde o entretenimento e a divulgação de informações até o seu uso para fins educacionais”.

Contudo, por se tratar de uma tecnologia versátil, é interessante que os educadores adotem o podcast em suas práticas pedagógicas dando dinamicidade e atratividade nas atividades que serão desenvolvidas pelos alunos.

Portanto, Reconhecendo a importância do podcast no desenvolvimento de atividades orais, o educador pode utilizá-lo na sua metodologia pedagógica para motivar os discentes a participar das atividades relacionadas à oralidade, para quebrar o tabu de muitos alunos com receio de falar em público, fazendo com que estes tenham um desenvolvimento educacional e crescimento cognitivo.

2 A oralidade no ensino-aprendizagem

2.1 Aspectos gerais sobre oralidade

Para refletirmos sobre o que pode interferir no uso de práticas de linguagens no ensino aprendizagem, é importante voltarmos ao berço da civilização. E quando fazemos isso, notamos que a oralidade enquanto linguagem sempre esteve presente na vida dos cidadãos. De acordo com Ferrarezi Jr. (2014, p.17), “seja a que tempo

voltarmos, no oriente ou no ocidente, as primeiras escolas, os berços daquilo que conhecemos hoje como educação, estão invariavelmente ligados à religião”. O autor descreve o texto bíblico abordando que o surgimento da educação acontece com a idealização de “escolas de profetas” pelo profeta Samuel, cerca de mil anos antes de Cristo. A intenção do profeta mencionado era ensinar os seus alunos o ofício que ele exercia: o de porta voz de Deus, o meio de transmissão do ensino utilizado por ele, era a oralidade. (FERRAREZI JR., 2014).

Portanto, muito antes da escrita, entende-se que a oralidade era o veículo metodológico utilizado na educação do indivíduo, seja no ensinamento religioso ou na obtenção de uma profissão, a pedagogia utilizada era vinculada às práticas orais. “Enquanto os povos primitivos viviam na escuridão da agrafia, a oralidade foi o instrumento e o canal que permitiram que o legado das eras mais recuadas da família humana pudesse ser preservado” (PEREIRA NETO, 2018, p.14). A oralidade era familiar em todos os lugares, de acordo com Pereira Neto (2018):

Em todas as regiões se levantaram contadores de histórias, guardiães da memória coletiva e da produção cultural primitiva: homens e mulheres que se dedicaram ao ofício de disseminar e perpetuar a tradição oral de seus respectivos povos. Eles foram os precursores dos escritores que viriam tempos depois. Seres ricos de experiências vividas no contato mais direto com a natureza, mas despossuídos ainda dos rudimentos da escrita (2018, p. 14).

Mesmo com a descoberta da escrita, o compartilhamento do conhecimento era realizado por meio da oralidade, pois a escrita, ainda não era popularizada, só os indivíduos das classes alta e nobre da sociedade poderiam aprender a ler e escrever. O restante da sociedade permanecia nas sombras da ignorância do conhecimento da escrita, porém iluminados com o saber transmitido oralmente.

Contudo, ao mencionar sobre práticas de oralidade no ensino aprendizagem na contemporaneidade, nota-se a estigmatização por parte de alguns educadores, quando na intenção de ensinar à gramática, acabam deixando de lado a linguagem e suas ressignificações. Segundo Oliveira (2020), as escolas centram o ensino aprendizagem na metalinguagem e não leva em consideração a importância da língua materna, apropriando-se apenas da gramática como linguagem a ser utilizada. Além do mais, vale ressaltar que, atrelado com esta estigmatização relacionada à língua materna, encontra-se o preconceito linguístico, que tem sido uma das causas

de censura à língua materna do indivíduo. Segundo Bagno (2007, p. 9) “o preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa”. Essas concepções e implicações linguísticas no ensino de língua portuguesa são muito mais amplas do que é ensinado nas escolas. Antunes constata que ainda há “práticas inadequadas e irrelevantes, não condizentes com as mais recentes concepções de língua” (2003, p.13).

Por essas razões, muitos alunos deixam de participar das atividades orais, com medo de errar, normalmente, ficam preocupados em relação à “norma culta” e/ou em serem corrigidos pelo professor no meio da turma ou, ainda, serem hostilizados pelos colegas. De acordo com Bagno (2007, p. 16) “como a educação ainda é privilégio de muito pouca gente em nosso país, uma quantidade gigantesca de brasileiros permanece à margem do domínio de uma norma culta”, e por fim, acabam sendo ridicularizados e alvos de escárnio e chacotas.

Com o medo e a hesitação em participar das propostas de atividades orais, o silêncio toma conta dos alunos. Segundo Ferrarezi Jr (2014), trabalhando com o silêncio nas escolas, em seu livro a “pedagogia do silenciamento, a escola brasileira e o ensino de língua materna” destaca o silêncio, mas não é o silêncio da boca. O autor diz que há muito tempo com o surgimento da educação, e a forma como ela era ensinada, trouxe um “silêncio como padrão de mente, silêncio das esperanças reprimidas, o silêncio dos horizontes ocultados”. (FERRAREZI JR, 2014, p.32-33). Desta forma, Ferrarezi Jr (2014) afirma que alguns educadores prezam pelo bom comportamento, aplicando um ensino baseado em um currículo cheio de regras, pela qual, o indivíduo chegava à escola sem saber a norma culta da língua, e sai dela mais confuso, pois o conteúdo utilizado não era para a vida, eram conceitos que necessitavam de memorização para ganhar notas e agradar os docentes, quando interrogavam os alunos acerca dos conteúdos transmitidos. Não eram permitidas interrogações e indagações por parte dos alunos acerca da temática compartilhada pelos educadores.

Diante deste cenário, sem menosprezar o ensino da gramática, pois está também tem sua relevância e o seu papel no ensino de língua portuguesa, é relevante abordar a importância da oralidade, pois além de trazer conhecimentos dos tempos remotos, auxilia no desenvolvimento do educandos utilizando aquilo que eles já possuem: a língua.

Contudo, para melhor descrever a proficiência da utilização de metodologias pedagógicas orais, segundo Marcuschi,

Não se ensina a fala no mesmo sentido em que se ensina à escrita, pois a fala é adquirida espontaneamente no contexto familiar, e a escrita é geralmente apreendida em contextos formais de ensino. A escola pode ensinar certos usos da oralidade, como, por exemplo, a melhor maneira de se desempenhar em público, num microfone, numa conferência, etc.(2007, p. 33).

Partindo desta premissa, entende-se que a escola não ensina a fala, mas pode aperfeiçoá-la, auxiliando o sujeito a desenvolver as habilidades orais, melhorando o seu desempenho em público, para então, trabalhar o letramento do indivíduo, pois de acordo com Antunes (2003, p. 45), “a escrita é tão interativa, tão dialógica, dinâmica e negociável quanto à fala”, o indivíduo precisa expressar, idéias, manifestar opiniões e colher o máximo de informação, crenças e sentimentos que deseja compartilhar. Segundo a autora “ter o que dizer é, portanto, uma condição prévia para o êxito da atividade de escrever” (ANTUNES, 2003, p.45).

Logo, para diminuir essas deficiências educacionais, é importante que os educadores adotem as práticas interativas e dialógicas em suas atividades, para que os alunos possam expressar pensamentos, sentimentos e opiniões que dão sentidos a sua vida e faz parte das suas realidades, de forma a contribuir no aprendizado, garantindo seu crescimento cognitivo.

Portanto, para maior proficiência no ensino de língua portuguesa, é importante que políticas públicas e as instituições de ensino considerem a contextualização da língua do indivíduo. Diante disso, é relevante discorrermos e verificar como é a abordagem da oralidade e suas implicações nos documentos oficiais que regem o ensino aprendizagem.

2.2 Legislações educacionais e oralidade

Ao abordar sobre a oralidade no ensino aprendizagem, faz-se necessário recorrer aos documentos oficiais que rege a educação como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o Currículo do Estado do Espírito Santo. No entanto, de acordo com o Currículo ES 2020 que é um documento educacional elaborado pelo Governo do Estado do ES, em parceria com os municípios, alinhado ao que preconiza a BNCC, a fim de nortear ações de ensino-aprendizagem no estado do ES. Os indivíduos devem "apresentar um movimento comunicativo, a linguagem, como produtora de sentido, faz nascer, nesses estudantes, a verdadeira acepção das palavras Escola e Educação" (ESPÍRITO SANTO, 2020, p.73). Portanto, observa-se que o currículo ES elucida a importância da comunicação, da linguagem no contexto educacional.

De acordo com a BNCC (2020) que é um documento elaborado para normatizar as práticas educacionais do ensino fundamental e médio, temos que:

A escola deverá pensar o trabalho com o componente curricular Língua portuguesa de maneira que os estudantes sejam capazes de simbolizar as experiências, a partir da palavra oral e escrita, refletindo sobre elas mediante o estudo da língua, construindo significados, nomeando conhecimentos e experiências, produzindo e compreendendo sentidos. (BRASIL, 2020, p.73).

Partindo desta premissa, verifica-se que, o estudante deve ser capaz de se comunicar de forma oral e escrita e o papel da escola é atender suas necessidades socioculturais, para que o indivíduo tenha domínio da língua e plena participação na sociedade. Pois, segundo Antunes (2003, p.22) "a língua portuguesa deve se articular em torno de dois eixos: o do uso da língua oral e escrita; e o da reflexão acerca desses usos". Todavia, o que norteia a vida humana são as práticas orais que possibilitam a interação sócio-discursiva em uma comunidade de fala, aproximando da realidade do indivíduo. Deste modo a BNCC (2020) como documento regulamentador assume que:

[...] a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para os quais "a linguagem verbal possibilita ao homem representar a realidade física e social e [...] conserva um vínculo muito estreito com o pensamento". [...] "A linguagem, por realizar-se na ação verbal dos interlocutores, não pode ser compreendida sem que se considere o seu vínculo com a situação concreta de produção." (BRASIL, 1998, p. 22). Assim, torna-se impreterível que a linguagem seja trabalhada na escola conjuntamente à compreensão da realidade social, na perspectiva local e

global, dimensionada em função de seus sujeitos e dos fenômenos que nela emergem (BRASIL, 2020, p. 73).

Este documento enfatiza que a linguagem fora da perspectiva social e cultural dos alunos, torna-se desprovida de fundamentos para trabalhar a compreensão da língua. Assim assume-se “uma perspectiva enunciativo-discursiva, entendendo que pensar, comunicar-se, partilhar e construir visões de mundo são atividades sociais que estão intrinsecamente ligadas à língua(gem) e, no que lhe concerne, ao texto e ao discurso” (BRASIL, 2020, p.73). Trabalhar a linguagem no contexto escolar se torna fundamental, pois ela atravessa as fronteiras do universo escolar, ou seja, a linguagem não faz parte apenas da grade curricular da escola, mas também da cultura dos discentes.

Deste modo, as práticas de oralidade no ensino aprendizagem precisam ser aplicadas considerando os contextos sociais e culturais do aluno para fazer sentido, pois segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que constituem um referencial de qualidade para a educação no ensino fundamental em todo o país e tem como função orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual, diz que:

Cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral no planejamento e realização de apresentações públicas: realização de entrevistas, debates, seminários, apresentações teatrais etc. Trata-se de propor situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois é descabido treinar um nível mais formal da fala, tomado como mais apropriado para todas as situações. A aprendizagem de procedimentos apropriados de fala e de escuta, em contextos públicos, dificilmente ocorrerá se a escola não tomar para si a tarefa de promovê-la. (BRASIL, 1998, p.25).

Partindo deste pressuposto, subentende-se que a escola tem o dever de aprimorar a linguagem do indivíduo, respeitando sua língua materna e informal. Portanto, a utilização de mecanismos pedagógicos deve contribuir para uma evolução da linguagem, e não anulá-la em decorrência da metalinguagem.

Logo, as instituições de ensino precisam se adequar aos documentos oficiais: BNCC, PCN e o currículo do Espírito Santo, que abordam a importância de trabalhar a

linguagem do indivíduo, considerando o seu contexto social para dar significado a língua do falante e suas variações.

De acordo com Ferrarezi Jr (2014), para acabar com a pedagogia do silêncio e minimizar os impactos causados por regras obsoletas é necessário que o MEC, juntamente com os sistemas estaduais e municipais de ensino criar currículos que sirvam para a vida dos alunos, levando em consideração seu contexto sociocultural, que estejam absolutamente adequados às suas realidades.

Logo, sendo a BNCC (2020) um modelo que rege o ensino de nível fundamental e médio, e direciona os professores na aplicação correta de seus conteúdos. Entende-se que os educadores devem se aproximar do documento para preencher as lacunas deficientes, causado pela ausência de atividades orais, com novas metodologias e didáticas que explorem a língua materna do indivíduo, Pois, a BNCC incentiva os docentes a analisar a vida cotidiana dos alunos em relação a sua linguagem, atentando para as dificuldades do indivíduo quanto a sua oralidade, levando em consideração que vivemos no país onde há diferenças sociais e culturais nas escolas.

Deste modo, fica claro que a BNCC visa normatizar as práticas de ensino e, essencialmente, “definir o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento” (BRASIL, 2020, p. 7).

De acordo com Souza e Serafim (2019), ao se referir ao ensino de língua materna, a BNCC utiliza a “competência” e “habilidades”, com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento de conhecimentos, talentos, atitudes e valores que contribuam para o letramento dos indivíduos, como enfatiza o próprio documento:

Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/ constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens (BRASIL, 2020, p. 67-68).

Logo, este documento descreve que a oralidade deve ser trabalhada, ainda na pré-escola, perpassando pelo ensino fundamental, até o ensino médio. Portanto, a BNCC tem a missão de fomentar nas instituições de ensino a busca por metodologias que, sem menosprezar a metalinguagem, centram a aprendizagem nas práticas de linguagens para trazer sentido à vida do sujeito que está construindo o conhecimento, e o docente como mediador do saber, precisar receber o apoio das instituições e se amparar no documento para preparar o seu planejamento de ensino.

2.3 PROFLETRAS³

Buscando entender melhor o assunto abordado neste trabalho, foi realizada uma pesquisa no repositório do Profletras que é um programa de Mestrado Profissional em Letras, com a finalidade de construir fundamentos sólidos capazes de sustentar a argumentação produzida. O Profletras surgiu da constituição de uma rede nacional a fim de consolidar a conjugação de esforços de forma a contribuir para a melhoria da formação docente e da qualidade da Educação Básica, com o apoio do Governo Federal.

O público-alvo atendido pelo Profletras é constituído por docentes de todas as gerações, egressos de Cursos de Graduação em Letras. A demanda do Mestrado Profissional caracteriza-se então por professores de Língua Portuguesa que atuam no Ensino Fundamental em busca de aportes técnico-científicos para melhor proceder em suas práticas profissionais. Face às necessidades que se impõem para a efetivação de uma escola inclusiva, com demandas de capacitação específicas, o mestrado Profletras se compõe de professores ingressantes ávidos por apropriar-se de conhecimentos, de pedagogia adequada e inovadora para o desenvolvimento de práticas letradas dos alunos no atual contexto da escola brasileira.

De acordo com o regimento do Profletras (2012, p.12), "a admissão de discentes no Profletras se dá por meio de um Exame Nacional de Acesso, constituído de uma prova escrita, com a finalidade de avaliar as habilidades de leitura e de escrita". O

³ Profletras é um programa de mestrado profissional de Letras Português voltado para docentes que atua na educação básica. O profletras tem sua origem na faculdade Federal do Rio Grande do Norte, hoje conta com extensões em diversos estados brasileiro. E o IFES já possui uma extensão do Profletras.

Exame Nacional de Acesso é realizado ao menos uma vez por ano e de forma simultânea nas Instituições Associadas.

As normas de realização do Exame Nacional de Acesso, incluindo os requisitos para inscrição, os horários e os locais de aplicação do exame, o número de vagas de cada Instituição Associada e os critérios de correção e aprovação são definidos por edital do Conselho Gestor. De acordo com o edital Nº 002/2021 poderão participar do Exame Nacional os candidatos que atendam a todos os seguintes requisitos:

Ser portador de diploma de curso superior de Licenciatura em Letras, habilitação portuguesa, devidamente registrado no Ministério da Educação;

Ser professor de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental (1º ao 9º anos), em escola da rede pública de ensino do Brasil, regularmente admitido e pertencente ao quadro permanente de servidores; e

Estar ministrando aula de Língua Portuguesa em qualquer ano do Ensino Fundamental (1º ao 9º anos).

Podem matricular-se no Profletras os candidatos aprovados no Exame Nacional de Acesso, diplomados em curso de graduação reconhecidos pelo Ministério da Educação, que atuem na Educação Básica, conforme edital de seleção.

Os discentes regularmente matriculados no Profletras em cada instituição Associada farão parte do corpo discente da pós-graduação da respectiva IES, à qual cabe emitir o Diploma de Mestre em Letras, uma vez cumpridos todos os requisitos para conclusão do curso. Um selo de identificação da Rede Nacional do Profletras será afixado no verso do diploma.

O mestrado profissional tem carga horária de 360 horas, mais 60 horas em disciplinas de fundamentação com uma estimativa de tempo para integralização de 24 meses. O processo de seleção é realizado através da inscrição e apresentação do projeto para conseguir pontuação para que o requerente seja classificado. A escolha acontece via sorteio eletrônico. Os sorteados são convocados a realizarem a matrícula.

Portanto, reconhecendo a importância do mestrado profissional de Letras do IFES-Profletras foi feita uma pesquisa em seu repositório a fim de encontrar dissertações que debatem e dialogam sobre a oralidade no âmbito educacional, para fundamentar os argumentos abordados neste trabalho.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a elaboração do referido artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica dos últimos cinco anos, tendo como referencial teórico Ferrarezi Jr (2014) e Bagno (2007) e revisão de literatura em dissertações no repositório do profletras utilizando o descritor “oralidade”. Sendo que, a intenção era realizar um estudo de caso na sala de aula, mas não houve possibilidade, pois o tempo para a realização do artigo foi curto.

No entanto, compreende-se a pesquisa bibliográfica como uma busca de solução para determinados problemas em escritos já realizados, ou livros que tratam do assunto a ser abordado, dúvidas e indagações que são levantadas de um determinado assunto em livros, artigos, revistas, periódicos e sites que aborda o assunto que se pretende elucidar (GARCIA, 2016). Pois segundo Lima e Miotto “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimento de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (2007, p.38).

De acordo com Garcia (2016) existe diferença entre a pesquisa bibliográfica e revisão bibliográfica, a primeira busca resolver questões que são levantadas sobre um determinado assunto, e para a resolução deste, são utilizados escritos já elaborados para fundamentar a argumentação que esclarecerá o problema levantado. Em contrapartida, a revisão bibliográfica é uma abordagem que utiliza livros e suas pesquisas, mas que não tem nenhuma finalidade de esclarecer nada são só algumas teorias sem objeções.

Portanto, este trabalho consiste de uma pesquisa bibliográfica, que busca analisar as contribuições de trabalhos sobre oralidade no ensino aprendizagem, e para tal foi

utilizado o repositório do profletras para realizar a pesquisa. Ao filtrar as dissertações defendidas pelo Ifes - Campus Vitória foi encontrado um total de 45 dissertações. Dentre as 45 dissertações encontradas no repositório do profletras, foi pesquisada a palavra-chave “linguagem” e foram encontradas seis dissertações todas relacionadas à escrita, em seguida foram pesquisadas a palavra “oralidade” e foi encontrada apenas uma dissertação. Objeto de estudo deste artigo que será apresentado a seguir.

4. REFLEXÕES A PARTIR DOS RESULTADOS DA PESQUISA

A dissertação encontrada foi a de Pereira Neto (2018) - *Memória e oralidade em santa maria de jetibá: uma proposta intercultural para a escrita de memórias literárias*. Nela o autor tem como foco estudos voltados para a memória, oralidade, interculturalidade e contatos linguísticos. Pereira Neto acredita que o legado memorial e a oralidade são elementos a serem valorizados na produção textual, e desenvolve uma proposta de intervenção pedagógica em escrita de memórias literárias, levando-se em consideração as características linguísticas e culturais de Santa Maria de Jetibá, o município onde reside e atua como professor. O autor tem como objetivo desenvolver estratégias de escrita de memórias literárias sob uma perspectiva crítica, e pretende promover a valorização da cultura e da língua pomerana, bem como dos demais grupos étnicos que compõem a comunidade escolar. A proposta de intervenção foi aplicada em uma turma de 9º ano de uma escola municipal de Santa Maria de Jetibá, na zona urbana. A metodologia adotada envolveu a realização de oficinas, a fim de sensibilizar os estudantes acerca do tema memória e oralidade. Foram realizadas rodas de conversa, entrevistas com membros da comunidade santa-mariense e oficinas de produção de memórias literárias. Nesta pesquisa, Pereira Neto se embasou teórica e metodologicamente na Sociolinguística Educacional, além da teoria dos gêneros textuais para a produção das atividades em sala de aula. O produto final consta de material impresso com propostas de sequências didáticas, além da produção textual dos estudantes.

Nesta pesquisa o autor observou que “a valorização de uma língua está vinculada ao prestígio social de seus falantes, configurando injustificável preconceito linguístico

dirigido às camadas mais desfavorecidas da população” (PEREIRA NETO, 2018, p. 52). Pereira Neto (2018, p. 52) ainda reconheceu “os méritos da escola, mas sem deixar de lembrar que ela produz e reproduz (além de conhecimento) o preconceito linguístico, atrelado à sua submissão aos interesses dos grupos que ocupam o poder”, ele ainda entende que “a importância de se localizar o erro das estratégias escolares, mesmo que seja cometido com o intuito de acertar” (PEREIRA NETO, 2018, p 52).

O autor ainda entende que o ensino de Língua Portuguesa é perpassado por interesses vários, muitos deles ligados à manutenção de uma ordem vigente que está a serviço da perpetuação de desigualdades e criação de estereótipos dos quais são vítimas os próprios professores e os estudantes por eles atendidos.

Pereira Neto (2018, p.108) conclui sua dissertação enfatizando que “a escola, enquanto um dos agentes de desenvolvimento da sociedade deve ser – também – protagonista nessa reconfiguração social que leva em conta a diversidade cultural como essencial para a garantia de paz e desenvolvimento econômico solidário”. E “os professores de língua portuguesa têm possibilidades de driblar a rigidez característica da cultura escolar e trazer vida, trazer vivências e transformá-las em escrevivências” (PEREIRA NETO, 2018, p. 107).

A partir dos conhecimentos produzidos através desta pesquisa, entende-se que o problema de utilizar métodos pedagógicos orais para o compartilhamento do conhecimento acontece depois da descoberta da escrita, a partir deste momento, os indivíduos focam no aprendizado da leitura e escrita, e abre mão da oralidade, que era o principal recurso utilizado na propagação do conhecimento.

No entanto, não podemos esquecer que a oralidade era, e ainda é o principal instrumento pedagógico que uma geração utiliza para preservação do seu legado (PEREIRA NETO, 2018).

Portanto, ao investigar sobre o tema, observa-se que o desafio de trabalhar a oralidade na educação está ligado a alguns fatores como a estigmatização vinda por

parte de alguns educadores e o preconceito linguístico. Ambas contribuem para inibir o trabalho de práticas orais no ensino aprendizagem.

Com uma concepção de língua errônea e práticas de linguagens não condizentes com os estudos recentes têm como consequência o preconceito linguístico (BAGNO, 2007). Portanto, essa concepção de língua gera práticas irrelevantes, não condizentes com os recentes estudos de práticas de linguagem (ANTUNES, 2003). Diante disso, subentende-se que a estigmatização e o preconceito linguístico estão relacionados com esta falta de compreensão adequada da língua. E o educador precisa ampliar seus conhecimentos no que tange a oralidade a fim de utilizá-la como instrumento de transmissão do saber, auxiliando no desenvolvimento cognitivo do indivíduo. Contudo, sabe-se que o preconceito linguístico é justificado de acordo com Bagno (2007) pelo alto índice de analfabetismo, pois a maior parte da população brasileira ainda não tem acesso à educação e ficam sob o domínio imposto pela minoria que entende a norma culta da língua portuguesa como linguagem, e por fim, acabam sendo ridicularizados e alvos de escárnio e chacotas.

Portanto, para minimizar os impactos deixados pela falta de entendimento da língua, é importante o debate sobre a oralidade e suas implicações e recorrer aos documentos oficiais que abordam a necessidade das escolas de trabalhar as práticas de linguagens na sala de aula. Pois de acordo com o PCN cabe à escola propor situações didáticas que busquem desenvolver nos sujeitos a linguagem oral, deste modo, é necessário que estas atividades existam a fim de treinar as habilidades orais, e para tal, deverão ser realizadas apresentações públicas que façam sentido de fato e considere o contexto do indivíduo (BRASIL, 1998).

Partindo desta premissa, entendemos que o documento transfere para a escola a responsabilidade de promover atividades que incentivem o indivíduo a trabalhar a oralidade. E concordando com o PCN, a BNCC afirma que através da linguagem o homem é capaz de representar sua realidade, deste modo, não há possibilidades de compreensão do contexto social do indivíduo se não trabalhar a linguagem na escola (BRASIL, 2020).

Assim como o PCN e a BNCC, o Currículo ES (2020) também afirma que a verdadeira concepção de escola e educação é quando os indivíduos apresentam um movimento comunicativo, a aprendizagem produz sentido para a vida destes. Sendo assim, os documentos enfatizam a importância de atividades de práticas orais levando em consideração o contexto sócio cultural do indivíduo, para motivá-los a falar em público sem preconceito, sem medo de errar gramaticalmente falando.

Diante desta discussão, ao pesquisar sobre o tema no repositório do profletras pôde-se observar que mesmo sendo o Profletras um importante programa de mestrado profissional não há muitos trabalhos sobre a oralidade. Foi encontrada apenas uma dissertação que trata sobre o tema. Assim, pode-se ressaltar a necessidade de pesquisas e debates em torno do assunto no meio acadêmico, para elucidar a percepção de outros docentes em relação à linguagem e minimizar os impactos causados pela estigmatização e o preconceito linguístico.

Portanto, a dissertação encontrada no Profletras de Pereira Neto (2018) corroborou para o esclarecimento da importância da língua estrangeira falada por imigrantes, e contribuiu para incentivo na preservação da língua por eles utilizada.

Nesta pesquisa o autor observou que as camadas mais desfavorecidas sofrem preconceito linguístico, pelo fato de que, a língua está ligada ao prestígio social do indivíduo. Pereira Neto ainda reconheceu que a escola também tem uma grande parcela na produção e reprodução do preconceito linguístico, quando se submete a alta cúpula da sociedade, ele ainda entende a necessidade de corrigir os erros cometidos pela escola, mesmo que sejam com a intenção de acertar.

O autor entende que o ensino de Língua Portuguesa é perpassado por interesses vários, muitos deles ligados à manutenção de uma ordem vigente que está a serviço da perpetuação de desigualdades e criação de estereótipos dos quais são vítimas os próprios professores e os estudantes por eles atendidos.

Pereira Neto (2018) concluiu sua dissertação enfatizando que a escola como protagonista do desenvolvimento educacional da sociedade e agente da reconfiguração social precisa considerar a diversidade cultural, garantindo a inserção do indivíduo na sociedade, para que haja harmonia e desenvolvimento

econômico solidário. E para tal, é importante que as rígidas características da cultura escolar sejam dribladas pelos professores de língua portuguesa para trazer vida, trazer vivências e transformá-las em escrevivências.

Logo, embasado nestes teóricos e na pesquisa realizada é importante enfatizar que, com a participação do Estado e Municípios na realização de um currículo que preconiza o PCN e a BNCC, a escola deverá cumprir o seu papel de agente produtor de cidadãos capazes de conviver em grupo, e para tal, é imprescindível considerar o contexto sócio cultural dos indivíduos. Sendo assim, o docente deverá realizar levantamento de dados dos contextos e as variações linguísticas do ambiente onde a escola está inserida, para preparar seu planejamento pedagógico e seus planos de aula, na intenção de oferecer um ensino de qualidade e contribuir com a mediação da construção do conhecimento científico e cultural dos sujeitos. Portanto, é necessário investimentos na qualificação de profissionais da educação em cursos de formação continuada, visando o aperfeiçoamento e a capacitação adequada, para que estes possam desempenhar seu ofício de forma proficiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se apresentar a importância da oralidade para o crescimento cognitivo do aluno no contexto escolar, e para tal recorreremos ao repositório do Profletras para pesquisar sobre o tema e como esse programa de mestrado profissional pode contribuir para o esclarecimento dos desafios enfrentados pelos docentes com práticas de linguagem, bem como a obtenção de soluções para os problemas enfrentados.

Diante disso, pode verificar que, sendo o Profletras um importante programa de mestrado profissional para docentes que estejam atuando na rede básica de ensino, não se discute muito sobre oralidade e suas implicações para o ensino aprendizagem. Tendo em vista que foi encontrada, apenas uma dissertação no repositório do Profletras, no universo de 45 dissertações. Portanto, é importante que este tema seja debatido no meio acadêmico, para que os docentes tenham mais

conhecimentos sobre oralidade e como abordá-la em suas atividades pedagógicas, e estarem mais bem preparados para compartilhar o saber.

Diante do que foi discutido, parece válido destacar que ao introduzir as práticas de linguagens nas instituições de ensino para trabalhar a oralidade, pode conferir um desenvolvimento educacional e crescimento científico e cultural dos indivíduos. Nesse sentido, a relevância da oralidade também se deve ao fato de contribuir para uma boa comunicação e diálogo entre os envolvidos nas atividades orais, quando introduzido no ensino aprendizagem.

Por fim, conforme explicitado, a relevância da utilização da oralidade justifica-se pelo modo como contribui, com base nos órgãos regulamentadores do ensino (BNCC, PCN e o Currículo ES), e pela sugestão do Podcast como recurso didático quando introduzido no ambiente escolar, por se tratar de uma tecnologia versátil por ser uma ferramenta que contribui para um bom desempenho no ensino de práticas de linguagem, diante disso, é interessante que os educadores adotem-no em suas práticas pedagógicas para levar dinamicidade e criatividade nas atividades que serão desenvolvidas pelos alunos, ao passo que se constitui uma via dialógica, reflexiva, capaz de conferir aos envolvidos a capacidade de ultrapassar os limites educacionais impostos pelo o excesso da metalinguagem e melhorar a eficiência no que tange à educação.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 49ª. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEB, 2020.

Edital n.º 002/2021 – Exame Nacional de Acesso ao Mestrado Profissional em Letras. Disponível em:

<<http://www.comperve.ufrn.br/conteudo/posgraduacao/profletras/202102/edital.php> >
Acesso em: 27 jun. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria da Educação. Currículo ES 2020: Ensino Fundamental, Anos Finais. Vitória: SEDU, 2020.

FERRAREZI Jr, Celso. **Pedagogia do silenciamento**: a escola brasileira e o ensino de língua materna. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

GARCIA, Elias. Pesquisa Bibliográfica versus Revisão Bibliográfica – Uma discussão necessária. Revista **Línguas & Letras**, [S.l.], v. 17, n. 35, maio 2016. ISSN 1981-4755.

LENHARO, Rayane Isadora; CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes. Podcast, participação social e desenvolvimento. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 1, p. 307-335, Mar. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982016000100307&lng=en&nrm=iso. Acesso em 30 de Set. de 2021.

LIMA, T.C.S de; MIOTO, R.C.T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. Katál, Florianópolis, v.10, spe, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; Dionísio, Ângela Paiva. **Fala e escrita**. 1. ed., 1. reimp. — Belo Horizonte: Autêntica, 2007

OLIVEIRA, Quezia S. L. **Oralidade e escrita na perspectiva dos multiletramentos**. Caderno de Ensino, Linguagens e suas Tecnologias, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 107-119, jan./jun. 2020.

PEREIRA NETO, Antonio da Silva. **Memória e oralidade em Santa Maria de Jetibá**: uma proposta intercultural para a escrita de memórias literárias. Instituição Federal do Espírito Santo, programa de pós-graduação em Letras, Vitória, 2018.

REGIMENTO INTERNO DO PROFLETRAS - RESOLUÇÃO Nº 232/2021-CONSEPE, de 24 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://profletras.ufrn.br/documentos/108963191/regimento#.YrtnM73MLIV>> Acesso em: 11 Jun. 2022.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ezequiel Romão Benevides

A ORALIDADE COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL II

Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de ARTIGO, apresentado à Coordenadoria do Curso Superior de Licenciatura em Letras-Português, na modalidade EAD – do Instituto Federal do ES – IFES -Campus Vitória – ES, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras-Português.

Aprovado em 04 de julho de 2022

COMISSÃO EXAMINADORA


Simone Oliveira Thompson de
Vasconcelos


Thiago Zanotti Pancieri

Helton Andrade Canhamaque


Helton Andrade Canhamaque
Subgerente de Gestão Educacional
Portaria nº 307 de 21.02.2014
IFES CAMPUS VITÓRIA